

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Este momento é muito especial para mim.

Creio que os novos magistrados, recém empossados, assim como eu, tem no coração a emoção e nos olhos a esperança de dias melhores a partir da sua dedicação à magistratura.

Asseguro-lhes, com firmeza, que a minha emoção e a minha esperança não são menores do que a dos senhores. Percorri um caminho sinuoso, cheio de obstáculos, até chegar a este momento. Fui mal compreendida em algumas decisões. Senti-me só em outras tantas. Tive algumas vezes que deixar de lado minha forma amável de tratar as pessoas, quando foi necessário, mas alcancei um dos meus objetivos – a posse dos novos magistrados.

Fiquem certos que a minha obstinação em dar-lhes posse é uma forma de oferecer um mínimo de dignidade a população pobre dos mais afastados rincões do nosso Estado. Tinha e tenho como escopo o meu compromisso em contribuir com o efetivo acesso à justiça.

Esta ocasião, senhores novos magistrados, é também um momento de reflexão.

O papel do Poder Judiciário na atualidade se diferencia daquele de um passado não muito longínquo, quando lhe atribuíam apenas a tarefa de servir de equilíbrio entre os outros dois poderes do Estado.

O Brasil mudou, saímos de uma estrutura agrária, para um Brasil industrializado, globalizado, dividido entre uma grande pobreza marginalizada, sem acesso às mínimas condições de dignidade humana, e uma outra parcela reduzida, que usufrui de emprego, saúde, habitação e educação.

À esta situação não pode a magistratura ficar indiferente. Somos

parte do problema e temos como contribuir para, pelo menos, minorá-lo.

É necessário que o Poder Judiciário seja firme no combate à corrupção. Tanto aquela promovida pelos agentes públicos em detrimento do erário, como também aquela promovida pelos detentores da riqueza que massacram o indivíduo em prol da manutenção do seu lucro a qualquer preço.

Neste novo caminho que os senhores hoje iniciam, saibam que a PESSOA, na sua perspectiva existencial, tem prevalência sobre as questões patrimoniais.

O Judiciário tem, numa sociedade com tantas diferenças socioeconômicas, um papel que vai muito além de um mero julgamento e da aplicação fria das regras processuais, cabendo-lhe intermediar os conflitos de forma a estabelecer um equilíbrio entre as partes, para obtenção da justiça social e consolidação do Estado democrático.

A partir de hoje os Senhores passam a fazer parte de uma nova realidade: o Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O alcance dos objetivos do Judiciário cearense exige a cooperação de todos os partícipes desta estrutura: os magistrados e os servidores públicos.

O papel de cada um deles, dentro de suas respectivas atribuições, é o fator preponderante para o funcionamento desta engrenagem, cujo objetivo primordial é atender ao cidadão, fornecendo-lhe uma prestação jurisdicional célere e eficiente.

No entanto, como é do conhecimento público, o Poder Judiciário cearense vive momentos difíceis que, em grande parte, são consequências da crise econômica que assola nosso país, mas também, por outro lado, são decorrentes da ausência de um planejamento estratégico

de longo prazo que tenha em conta as dificuldades e as peculiaridades da nossa realidade.

A solução para este problema, creio, não poderá ser outra que não um planejamento que alcance, no tempo, a próxima década, e, no mérito, o profissionalismo dos nossos serviços, com a formação de um quadro de servidores próprio capacitado e comprometido com os objetivos do Judiciário.

Não vale atribuir a responsabilidade pela solução de todos os históricos problemas do Judiciário cearense à quase sempre solitária cadeira da Presidência.

A minha experiência tem me ensinado que apontar responsáveis por atos do passado não resolve os problemas do presente, como também de nada adianta aguardar milagres no futuro, quando não nos empenhamos hoje para mudar a forma superada de gerir o Judiciário.

Admito que o momento é de festa, mas não posso me furtar a uma reflexão sobre o atual momento vivenciado pelo Poder Judiciário cearense: as reivindicações por parte das diversas entidades de classe que congregam magistrados e servidores.

Tem sido um momento de muito aprendizado, mas asseguro-lhes que tenho me mantido sempre disposta ao diálogo.

Inúmeras foram as vezes que recebi comissões de magistrados e servidores para ouvir suas reivindicações.

Expliquei em todas as ocasiões, os limites orçamentários que me impedem de atendê-los na medida de seus pleitos.

Não seria correto comigo mesma, nem com a minha instituição, se atendesse a pleitos que não pudesse honrar, nem muito menos seria leal,

onerar a folha de pagamento para ser suportada por gestões futuras.

Os atos de um Presidente, ao contrário do que alguns possam pensar, se pautam no estreito limite de um orçamento enxuto, num exercício diário de equilíbrio entre as necessidades, que são muitas, e a escassez de recursos.

Tenho contado, para a solução destes problemas com uma parceria respeitosa e harmônica com os demais poderes do Estado, no que agradeço ao Governador Camilo Santana e ao Presidente da Assembleia, Dep. Zezinho Albuquerque.

Meus caros magistrados recém empossados, esta reflexão que acabo de dividir com os senhores, acreditem, teve por objetivo não só compartilhar as nossas dificuldades, mas, sobretudo, depositar em cada um dos senhores a esperança de dias melhores para o Judiciário cearense.

Os ventos da modernidade também tem soprado a favor do Poder Judiciário brasileiro.

Em pouco mais de dez anos, assistimos a criação do Conselho Nacional de Justiça, a regulamentação das regras de promoção de magistrados com a aplicação de critérios objetivos, a implantação de metas de produtividade, a adoção de políticas criminais e, sobretudo, a mudança de paradigmas que promovem a aproximação entre o Judiciário e a sociedade.

O desafio que os aguarda é deparar com as contradições entre o sistema jurídico-positivo e as condições reais da sociedade. E constatar que uma considerável parcela da população vive abaixo da linha da pobreza, em condições sub-humanas, e que por isso a atividade judicial extravasa os estreitos limites do universo legal.

A ultrapassagem deste desafio vai exigir humildade para

compreender as diferenças e as peculiaridades de cada comunidade, firmeza de atitude para se contrapor as mais diversas tentativas de desautorizar as ordens que incomodam os privilégios e, sobretudo, compromisso com a justiça social e com a democracia.

Tenho a convicção de que hoje, num momento especial e inédito para o Judiciário cearense, em que tomam posse 76 novos magistrados, vivencio o prenúncio de novos tempos para a magistratura cearense e, ao concluir, deixo para cada um dos senhores o desafio de nunca parar de sonhar com um Judiciário que possa garantir para nossa sociedade a diminuição das desigualdades, o fortalecimento da democracia, a efetivação de uma justiça social, sem jamais permitir que lhes matem o direito ao sonho, pois sonhar é preciso, porque o sonho comanda a vida.

Muito obrigada.